

Ulysses admite volta ao FMI

Josemar Gonçalves



Lourenço acha que as multinacionais podem colaborar para acelerar desenvolvimento do país

Lourenço defende ajuda das multas

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, defendeu ontem a entrega da construção das grandes ferrovias programadas pelo governo Sarney às empresas multinacionais do setor. Segundo ele, se fosse o presidente, permitiria que elas gastassem aqui 30 bilhões de dólares nesses serviços. "Aí — disse — todos iam ver como isso ia ajudar o desenvolvimento".

A declaração foi feita quando Lourenço analisava a entrevista de Sarney pela televisão, em seu gabinete de liderança. Para Lourenço, a informação do presidente de que grandes multinacionais estão interessadas

na construção de ferrovias no Brasil foi a parte mais importante da entrevista. Lourenço não quis comentar as declarações do Presidente sobre o seu mandato, o parlamentarismo e o FMI.

Já o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), disse que o mandato de Sarney estará vinculado ao sucesso ou não do plano Bresser Pereira. Mesmo que tenha sucesso, segundo o deputado, o plano provocará controvérsias na área política e sindical por causa do arrocho salarial que vai gerar. "politicamente — disse — esse plano não é mamão com açúcar".

Chiarelli: "Nada decidido"

"O presidente Sarney não deve impôr nada à Constituinte, mas não podemos impedir que ele se manifeste. Apesar de considerar a sua opinião, isto não me faz mudar o meu ponto de vista em defesa do parlamentarismo como a melhor opção para o país". A afirmativa é do senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado.

Sobre a volta do Brasil ao Fundo Monetário Internacional afirmou que está é uma posição a ser definida em breve na visita aos Estados Unidos, na próxima semana, pela equipe econômica do governo e por integrantes da Comissão Especial da Dívida

Externa no Senado, para renegociar a dívida do país.

Newton

"Se existem empresas estrangeiras interessadas em construir, graciosamente, a Ferrovia Norte-Sul, esta é a prova definitiva de que este empreendimento é extremamente viável", declarou ontem o governador Newton Cardoso, ao comentar a entrevista coletiva concedida pelo presidente Sarney, destacando que a ele cabe, como "homem de partido e governador eleito pelo PMDB, sempre defender o presidente da República".

Segundo ele, se tudo der certo, Sarney pode mesmo ficar com cinco anos de mandato e levar a Constituinte a mitigar o parlamentarismo aprovado na Comissão da Organização dos Poderes. No entanto, se o plano de Bresser não der certo, dificilmente Sarney conseguirá evitar um corte nos seus poderes de presidente, que, passarão para um primeiro-ministro. Para Saulo, seria a fórmula capaz de garantir os cinco anos de Sarney sem que a Constituinte criasse uma crise institucional. Saulo explicou que tudo deverá estar esclarecido em 120 dias, quando o plenário estiver votando o sistema de Governo.

Henrique diz que retorno é normal

"O presidente pode defender, como cidadão, o presidencialismo como o melhor sistema para o país, mas esta é uma decisão da Constituinte. Eu, por exemplo, entendo que o melhor é implantar o parlamentarismo misto".

Essa foi a reação do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, sobre a defesa pelo presidente Sarney, do regime presidencialista e de cinco anos para seu mandato, ontem, em entrevista coletiva à imprensa.

Sobre uma possível volta do Brasil ao FMI, admitida na entrevista do presidente, o líder peemedebista considera-a perfeitamente normal, já que o país foi e continua sendo membro da instituição.

O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, admitiu ontem a volta do Brasil ao FMI numa circunstância: "Se esse órgão e os demais, como Banco Mundial e Clube de Paris, aceitassem propostas do governo brasileiro preservando nossa soberania".

"O que o presidente, nem nós, poderíamos admitir — acrescentou — seria o retorno ao processo anterior, de funcionários de escalões inferiores do FMI desembarcarem aqui para inspecionar nossa economia".

Um jornalista insistiu: "Então o Sr. concorda com o presidente Sarney, admitindo a volta ao FMI?" Ulysses não gostou: "Não disse isso. Fui bem claro. Não se trata, simplesmente, de voltar ou não voltar, mas de preservação da nossa soberania, da nossa autonomia. Ninguém aceita recessão, desemprego, inflação".

Ulysses gostou da entrevista coletiva do presidente Sarney, ob-

servando que o fato em si foi muito importante. Para Ulysses Guimarães, a entrevista presidencial foi uma espécie de prestação de contas à nação, "respondendo francamente perguntas formuladas livremente".

Na sua opinião, o chefe do governo demonstrou conhecimento de todas as questões formuladas, o que é um dado muito positivo.

Sobre a sua eventual escolha para primeiro-ministro, Ulysses Guimarães deu razão a Sarney. Ele afirmou que o sistema de governo está em exame e que a decisão será do plenário da Constituinte. Com relação ao mandato de cinco anos ao atual presidente, ele confirmou seus entendimentos nesse sentido com Sarney e com o ministro Aureliano Chaves. Mas fez questão de esclarecer que, mesmo favorável ao mandato de cinco anos ao atual presidente e aos seus sucessores — tese da isonomia —, a decisão final será da Assembléia Constituinte "e todos nós teremos que acatá-la".

Obstáculos ao pacto

A falta de identidade entre o presidente da República e o principal partido que lhe dá apoio na Constituinte — o PMDB — constitui, na opinião da maioria dos peemedebistas, o grande obstáculo à realização de um pacto social e político em torno do governo.

A distância entre o pensamento político do presidente Sarney e os compromissos programáticos do PMDB ficou evidente, ontem, nos comentários que alguns constituintes peemedebistas fizeram sobre a entrevista coletiva do chefe do governo.

Nas opiniões "on the record", sobre a fala de Sarney aos jornalistas, numerosos peemedebistas procuraram destacar apenas os aspectos positivos da entrevista presidencial. Nas conversas "off the record", porém, quase todos sublinharam o distanciamento de Sarney em relação ao programa do PMDB.

A propósito, foram citados diversos exemplos. Sarney disse, ao falar da dívida interna, que ela não pode ser coberta apenas com impostos. O PMDB, no entanto, acha que a equação atual — dois terços da receita provêm de impostos indiretos e apenas um terço dos impostos diretos — é injusta para com os brasileiros de menor renda, especialmente os assalariados.

Sarney destacou na entrevista que a interdependência econômica entre os países é uma realidade inafastável, mas o programa peemedebista acentua que "falar em interdependência constitui disfarce para a dependência atual em que o país se encontra".

O presidente reiterou que o Nordeste constitui prioridade absoluta do governo e até responsabilizou o governo anterior (ex-ministro Delfim Netto, que não liberou verbas para a região) pelo atraso da construção da hidrelétrica de Itaparica. Mas, além de constarem no programa do PMDB recomendações práticas em favor do Nordeste, está engavetado no Palácio do Planalto — segundo reclamações dos peemedebistas — o programa elaborado pelo ex-secretário de Tecnologia Industrial do MIC, Bautista Vidal, que prevê a

produção de matéria-prima renovável, na região nordestina, para substituir o petróleo e fixar o homem à terra.

O PMDB, em seu programa, "repele a tese de que a desnacionalização da economia seja indispensável para propiciar tecnologia e acelerar o crescimento econômico", mas, em sua entrevista, Sarney anunciou com entusiasmo a oferta de uma empresa alemã, de construir a ferrovia Norte-Sul, com tecnologia própria e em detrimento do "know how" nacional.

Entre outros temas, o presidente abordou a política salarial do "Plano Bresser", de reajustes após três meses de inflação, enquanto o PMDB sustenta que "o salário dos trabalhadores deve ser corrigido sempre que a elevação do custo de vida passe de 10%".

Na opinião de muitos peemedebistas, o programa partidário não está sendo respeitado pelo grupo majoritário de parlamentares do PMDB na Constituinte, os chamados "conservadores". Seria com essa facção partidária que o presidente — afirma-se — estaria mais identificado. Por sinal, são aqueles peemedebistas os maiores defensores do pacto social preconizado por Sarney. As maiores resistências a essa tese partem dos "progressistas", em geral, devido ao receio de que o governo, através do pacto, peça a aprovação de uma Constituição mais ajustada aos interesses da sociedade e do país.

Reconhecem os "progressistas" que os "conservadores" estão em maioria na Constituinte e no partido. Todos eles, no entanto — conforme dizem — foram eleitos graças ao charme de um programa partidário que mereceu apoio da opinião pública nacional, nos últimos vinte anos de autoritarismo, até culminar com a vitória do PMDB nas eleições gerais de 1986. Ao assinalarem a identificação política do grupo "conservador" com o presidente Sarney, em detrimento do programa partidário, os "progressistas" admitem ser praticamente impossível unificar o partido em torno do pacto social que o governo advoga.

A íntegra da entrevista do presidente Sarney está nas páginas 8 e 9